



ESTADO DE GOIÁS

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

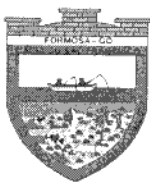
(Projeto de Lei nº. 010/16 - DR)

11/16

Da Comissão de Justiça e Redação sobre o Projeto de Lei n.º 010, de 1º de fevereiro de 2016, do Poder Legislativo, que **“Dispõe sobre aplicação de multa pecuniária para desperdício de água na cidade de Formosa-GO e dá outras providências”**.

Relator: Vereador Santiago Ferreira Ribeiro.

- A proposta que ora chega para o exame deste órgão técnico determina a aplicação de multa pecuniária para desperdício de água no Município de Formosa. Aduz o autor que o objetivo do projeto é prevenir secas, pelo mau uso da água.
- Não foram apresentadas emendas neste órgão técnico. É o nosso relatório.
- Sob o aspecto jurídico, o projeto pode prosseguir em tramitação, consoante será demonstrado.
- Preliminarmente, deve-se mencionar que a restrição à utilização dos recursos hídricos pelos munícipes pode ser caracterizada como típico assunto de interesse local, inserindo-se, por conseguinte, no mandamento contido no artigo 30, I, da Constituição Federal, que trata da competência legislativa municipal.
- Sob o aspecto de fundo, a propositura encontra amparo no poder de polícia das águas. O saudoso mestre Hely Lopes Meirelles, ao discorrer sobre o assunto, ensina que "A polícia das águas deve acompanhá-las em todos os estágios de seu aproveitamento e retorno aos corpos receptores, uma vez que o perigo da poluição as segue em todas as fases de sua utilização e despejo. Mas não só as de uso domiciliar merecem ser policiadas e tratadas tecnicamente, como toda água utilizada pelo homem nas diversificadas atividades domésticas, econômicas, profissionais, industriais, recreativas ou de proteção ambiental, cada uma



exigindo ou dispensando tratamento adequado.". E mais especificamente sobre a competência municipal para tratar da matéria, prossegue o eminente doutrinador: "Neste ponto o poder de polícia do Município é comum com o das entidades superiores - União e Estado-membro -, cabendo a cada qual atuar no campo de suas atribuições e conjugar medidas sanitárias adequadas a manter as águas em permanentes condições de utilização segundo sua preponderante destinação" (CF, art. 23, VI) (in Direito Municipal Brasileiro, Ed. Malheiros, 17ª ed. 2013, pág. 510/511).

- Deve-se destacar que os ensinamentos transcritos supra estão em perfeita consonância com aquilo que diz a legislação nacional a respeito do assunto, mormente no que tange à competência legislativa.

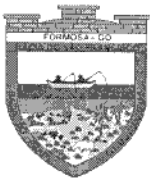
- Nesse sentido observa-se, por exemplo, a lei 9.433/97, que institui a política nacional de recursos hídricos:

Art. 33. Integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos:

(...)

IV - os órgãos dos poderes públicos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais cujas competências se relacionem com a gestão de recursos hídricos;

- Desvela-se, por conseguinte, que a lei federal responsável por estabelecer as diretrizes para a atuação do Poder Público na gestão de recursos hídricos reconhece expressamente a competência dos órgãos municipais para atuarem ao lado das outras esferas político administrativas.
- Especificamente sobre a imposição da referida sanção pecuniária sobre os munícipes que desperdiçarem tão importante recurso natural, já se pronunciou o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que, em caso análogo, emitiu acórdão ementado da seguinte maneira:



ESTADO DE GOIÁS

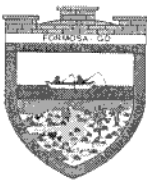
PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

"ATO ADMINISTRATIVO. MULTA. Descumprimento do decreto municipal 48/07. Autor que teria sido autuado por lavar o veículo na calçada. Proibição expressa no decreto e lei municipal 399/69. Notificação feita por guarda municipal. Alegação de incompetência infundada. Ato legítimo. Autuação realizada por fiscal da prefeitura. Sentença reformada. Recurso provido." (Apelação nº 0176241-48.2008.8.26.0000 Santa Cruz das Palmeiras VOTO 10467).

- Ademais, é importante mencionar que a propositura não apresenta nenhum vício atinente à iniciativa, haja vista que dispõe sobre poder de polícia e meio ambiente, não se enquadrando em nenhuma das excepcionais hipóteses previstas no artigo 69 da Lei Orgânica Municipal.
- Há que se observar que a competência para legislar sobre meio ambiente é da União e Estados, nos termos do artigo 23, inciso VI e artigo 24, incisos VI e VII da Constituição Federal e também aos Municípios, já que a eles compete suplementar a legislação federal no âmbito do interesse local (art. 30, incisos I e II da CF).
- Apreciando lei promulgada pelo Município de Ribeirão Preto, que dispunha sobre matéria análoga, o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo chegou a idêntica conclusão, consoante se depreende do segmento abaixo transcrito:

Ação direta de inconstitucionalidade de lei - Lei n. 11.173, de 13 de abril de 2007, do Município de Ribeirão Preto - Proíbe a utilização de água para a limpeza de calçadas e logradouros públicos, impondo multa a munícipes e obrigações à Administração Pública Municipal, à Guarda



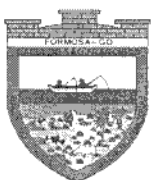
ESTADO DE GOIÁS

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

Municipal e ao DAERP - Departamento de água e esgoto de Ribeirão Preto Diploma de origem parlamentar e promulgado pelo Presidente da Câmara Municipal, depois de enviado projeto ao Prefeito, que silenciou - Alegado vício de iniciativa - Matéria relacionada com o meio ambiente e, portanto, de iniciativa concorrente Vício de iniciativa, contudo, decorrente de ter a lei estabelecido obrigações administrativas a servidores públicos, cuja competência é privativa do Chefe do Poder Executivo local Ação julgada procedente. (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 152.777.0/0, grifamos)

- Como pode ser observado, a Ação Direta de Inconstitucionalidade cuja ementa foi transcrita acima, foi julgada procedente por motivos alheios à competência e iniciativa legislativa, sendo que, inclusive, foi explicitada a possibilidade de o Município atuar em tal área, bem como a regularidade da deflagração do respectivo processo legislativo por membros da Câmara Municipal.
- Do exposto, resta claro que a propositura em questão está em consonância com os poderes constitucionalmente atribuídos ao Município de Formosa para, por meio da sua Câmara Municipal, criar regras voltadas à limitação de direitos dos munícipes, visando a consecução do interesse público e o bem estar da coletividade. Conclui-se, em vista do exposto, que o projeto de lei apresentado encontra-se apto à tramitação, tanto em seu aspecto formal quanto material, estando em perfeita harmonia com os dispositivos da Constituição Federal e da Lei Orgânica do Município.
- Cabe registrar que sua proposição encontra amparo na LOM, art. 8º, I e XXXIX, art. 208 e art. 222.



ESTADO DE GOIÁS


PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

- Assim, ante a legalidade e constitucionalidade da proposta, votamos pela discussão e votação do Projeto de Lei pelo Plenário.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2016.


Jesulindo Gomes de Castro
Presidente


Jeremias Gomes de Castro
Vice-Presidente


Santiago Ferreira Ribeiro
Relator